

Ex.ma Sra. Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas
Deputada Emília Cerqueira

Assunto: Requerimento para audição conjunta do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas e da Sra. Secretária de Estado das Pescas sobre políticas gerais das pescas

Sra. Presidente,

Do ponto de vista geoestratégico o mar confere-nos centralidade atlântica, sendo uma via de comunicação com o mundo e, sobretudo, com os nossos aliados (os países membros da NATO e, em particular, aqueles que são nações e potências marítimas). Relembramos que a Zona Económica Exclusiva de Portugal é a 5.^a maior da União Europeia, com 1.727,408 km² de área.

A nível interno somos os maiores consumidores de peixe, per capita, com cada português a consumir anualmente cerca de 57 kg, mais do dobro da média da EU. Por outro lado, é expectável e desejável que a economia do mar contribua em cerca de 7% do Produto Interno Bruto e 5% do emprego nacional até 2030, assegurando, sempre, a sustentabilidade, o conhecimento científico e a biodiversidade, que são pilares essenciais na implementação de qualquer Estratégia Nacional para o Oceano¹.

Mas desde 1986 que, em águas portuguesas, as capturas de certas espécies são restringidas por Totais Admissíveis de Captura (TAC) acordados anualmente em Conselho de Ministros das Pescas e repartidos por quotas entre os Estados membros, com base numa chave de repartição fixa segundo o Princípio da Estabilidade Relativa². De facto, constata-se que as quotas atribuídas a Portugal pela EU têm vindo a diminuir ao longo dos anos.

Restrições como estas, que visam o objetivo nobre de garantir a conservação dos recursos marinhos, não fazem qualquer sentido em certos contextos, como por exemplo na Região Autónoma da Madeira, onde a pesca praticada é, por definição, ancestral e de integral respeito pelos ecossistemas marinhos. O facto de estarem a ser alvo de cortes severos nas respetivas quotas de captura tem colocado os pescadores madeirenses numa posição desesperante, comprometendo a sua capacidade de sustento e atirando centenas de famílias para a pobreza³.

¹ Inspectores das Pescas (2024). Recursos Pesqueiros em Perigo. Memorando Reivindicativo dos Inspectores das Pescas. Lisboa, 27-05-2024.

² DGRM. TACs&Quotas. <https://www.dgrm.pt/tac-e-quotas>.

³ Gomes, F. (2024). Requerimento para audição urgente à Secretária de Estado das Pescas, Cláudia Monteiro de Aguiar, e convite simultâneo à Secretária Regional do Ambiente Recursos Naturais da Região Autónoma da Madeira, Rafaela Fernandes, sobre o contexto da Região Autónoma da Madeira. AR, 18/06/2024.

Também as crises na arte xávega, pesca artesanal costeira que foi determinante na consolidação secular de alguns povoados piscatórios ao longo da costa litoral, são há muito uma realidade socioeconómica com diferentes implicações e transformações sociais nas famílias que durante várias gerações dependeram do mar, bem como ao nível do património cultural, paisagístico e urbano que o tempo foi moldando com a própria evolução da linha de costa, restando apenas memórias de um setor económico que durante séculos foi fundamental para a sobrevivência dos povoados concentrados no litoral⁴.

Já o Algarve, onde o polvo representa o recurso pesqueiro mais importante, quer em peso quer em valor, apresenta-se como uma das regiões mais importantes de Portugal para a pesca do polvo, tendo, em 2021, representado 54% do valor de primeira venda relativamente ao resto do país. Todavia, para além dos problemas transversais a outras pescarias, como o envelhecimento dos profissionais e a falta de modernização, junta-se, nesta atividade, a difícil gestão dos stocks do polvo, agravado pelas frequentes flutuações anuais no recrutamento desta espécie⁵.

Acresce, ainda, que no total da economia portuguesa, segundo um estudo científico da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, o peso da economia não registada no PIB deverá ter atingido um recorde de 34,37% em 2022, o correspondente a 82.232 milhões de euros. Mas estes valores triplicam se estivermos a falar de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, incluindo a fuga à lota que assume proporções gigantescas em todo o território nacional⁶.

Terminando, a Sra. Secretária de Estado das Pescas, Cláudia Monteiro de Aguiar, anunciou, no dia 17/07/2024 no Jornal de Notícias, que o Governo está a estudar um modelo de compensações à pesca e atividades no mar, pela instalação dos futuros parques eólicos offshore! Mas que modelo de compensações está a ser criado/trabalhado⁷?

⁴ Lamy (s/d). Arte Xávega. Freguesias de Ovar, S. João, Arada, S. Vicente de Pereira Jusã. <https://www.uniaofreguesias-ovar.pt/arte-xavega/>

⁵ Participesca. A pesca do Polvo no Algarve. <https://participesca.pt/a-pesca-do-polvo-no-algarve/>

⁶ Lusa (2024). Inspectores das pescas pedem ao Governo reconhecimento da carreira e ameaçam com greve. O Observador, de 28/05/2024. <https://observador.pt/2024/05/28/inspectores-das-pescas-pedem-ao-governo-reconhecimento-da-carreira-e-ameacam-com-greve/>

⁷ Fernandes, A. (2024). Governo estuda compensações à pesca pela ocupação do mar com parques eólicos. JN, de 17/07/2024. <https://www.jn.pt/1477440173/governo-estuda-compensacoes-a-pesca-pela-ocupacao-do-mar-com-parques-eolicos/>.

Assim, sendo a Comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República a instância preferencial para a auscultação, os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer a audição conjunta do Sr. Ministro da Agricultura e Pescas e da Sra. Secretária de Estado das Pescas, sobre políticas gerais das pescas, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem.

Com os nossos cordiais cumprimentos.

Palácio de S. Bento, 04 de setembro de 2024.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Frazão - Diva Ribeiro - Miguel Arruda - João Graça